

ANÁLISE SITUACIONAL: ALTERNATIVA METODOLÓGICA PARA UMA ANÁLISE DAS VOZES DA INTEGRAÇÃO NOS COMANDOS DO CRIME

SITUATIONAL ANALYSIS: METHODOLOGICAL ALTERNATIVE FOR A ANALYSIS OF THE VOICES OF INTEGRATION ON CRIMINAL “COMANDOS”

RESUMO: Este artigo apresenta uma aplicação da Análise Situacional (AS) como alternativa metodológica para abordar problemas humanos de forma situada. O delineamento do terreno analítico e a identificação de caminhos de amostragem teórica possíveis são exemplificados através de mapas situacionais, em um processo no qual a interação do pesquisador com o problema conduz a pesquisa. Os mapas apresentados foram construídos a partir de vídeos de apologia do crime que circulam no YouTube, analisados em minha pesquisa doutoral sobre a dimensão comunicacional do engajamento na violência programática. O desenvolvimento da pesquisa permitiu delinear a apologia do crime como terreno analítico no qual promessas de redescrição no braço nervoso dos comandos, a desumanização do oponente e a blindagem afetiva articulam-se como eixos de práticas sugestivas de radicalização em contextos de violência prévia.

PALAVAS-CHAVE: análise situacional, violência programática, redescrição identitária, apologia do crime, comunicação política

ABSTRACT: This paper describes an application of Situational Analysis (SA) as a methodological alternative to approach human problems as situated problems. The delineation of the analytic terrain and the identification of possible theoretical sampling paths are illustrated through situational maps in a process in which the inquiry is guided by the interaction between the researcher and the problem. The maps discussed were built from videos of apology of crime circulating in YouTube, analyzed in my doctorate research that deals with the communicational dimension of engagement in programmatic violence. Through the research, the apology of crime was delineated as the analytic terrain where promises of redescription within the nervous arm of criminal groups (*comandos*), enemy dehumanization and affective shielding articulate as axis of practices and processes suggesting radicalization in violent contexts.

KEYWORDS: situational analysis, programmatic violence, identity redescription, apology of crime, political communication

LUCIANA MORETTI FERNÁNDEZ

Pesquisadora e doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade de São Paulo – USP, Brasil. Psicóloga (UNED, Espanha) e Terapeuta Familiar (Instituto Famíliae). morettif.luciana@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entre as implicações do giro linguístico para as ciências humanas, os descentramentos do objeto e do sujeito produziram transformações nas formas de compreender o conhecimento e o trabalho científico. Certeza e verdade cederam espaço para a variabilidade e para a multiplicidade, abrindo as portas para a inclusão de temas e fenômenos entendidos como desviantes nas técnicas estatísticas. O que é singular ganha força na experiência, bem como na construção e compreensão de processos, e o observador, seja ele o antropólogo, sociólogo, psicólogo ou o cientista natural, pode então entender a si mesmo como sujeito das situações e interações que estuda.

No âmbito da pesquisa qualitativa, o abandono da busca de uma verdade única deu lugar a trabalhos cuja intenção é apresentar e descrever fenômenos. A simples

Recebido em: 18/11/2014
Aprovado em: 09/01/2015

crença na descrição, contudo, pode carregar em si reminiscências do cientificismo moderno, apresentando-se não poucas vezes como um retrato fiel da realidade, oferecendo como produto uma constelação de fatos e dados cujo sentido é representar as coisas como são. O estudioso, quando isso ocorre, responde à solicitada naturalização da separação entre sujeito cognoscente e objeto, permanecendo fiel à ideia de que a linguagem é um veículo capaz de apreender e representar a realidade, transportando sentidos.

As transformações pós-giro linguístico para as ciências humanas solicitam, na pesquisa acadêmica, abordagens teórico-metodológicas capazes de lidar com a multiplicidade e variabilidade dos fenômenos sem prejuízo da complexidade, incluindo a interação entre o pesquisador e a situação ou problema que estuda. Tais descentramentos exigem do pesquisador-observador rigor no que diz respeito à consciência de si mesmo, o que implica a explicitação do posicionamento epistemológico e compreensão das consequências que as escolhas teóricas e o emprego de métodos e técnicas podem trazer para a construção de qualquer fenômeno como material de estudo.

O objetivo deste artigo é propor a Análise Situacional como uma alternativa metodológica para abordar problemas humanos de forma situada, incluindo o pesquisador como parte da situação de pesquisa. Para tanto, serão utilizados como exemplos dois mapas situacionais construídos a partir de material empírico utilizado em minha pesquisa de doutorado, visando explicitar como a articulação teórico-metodológica e o delineamento do terreno analítico são integrantes de um mesmo processo no qual é a interação com problema em si que conduz a pesquisa, e não decisões técnicas ou

prescritivas prévias. Os dados apresentados servem para ilustrar esse processo interativo de delineamento, não se prestando neste caso à discussão de resultados.

A pesquisa de doutorado que serve aqui de exemplo trata da dimensão comunicacional do engajamento na violência programática em contextos de violência endêmica, à qual porções importantes da população brasileira estão expostas de forma precoce e contínua, por vezes desde o nascimento*. Além da violência letal contra o próprio menor, inclui-se aqui também a exposição recorrente à violência cotidiana em suas várias dimensões. Podemos citar o exemplo de crianças brincando de bolinha de gude ao lado de corpos assassinados (Souza, 1993) como caso emblemático que sintetiza tantos outros (Souza, 2009; Feltrán, 2011).

A violência é um problema complexo, e as indagações sobre o engajamento em práticas violentas são especialmente dadas a situar-se no cruzamento de juízos éticos e morais, atravessados por teorias ingênuas sobre como as coisas são ou deveriam ser, e pelo senso comum, que naturaliza e generaliza. De fato, uma das particularidades da violência estratégica associada a narrativas programáticas e ao recrutamento de mão de obra para formações criminosas, tal como se entrevê nos dados analisados, é que está articulada em torno de eixos discursivos e narrativas amplamente compartilhados, repletos de promessas, justificativas, pedidos de legitimação e, portanto, apelativos.

A aproximação crítica a este problema exige o reconhecimento de que a neutralidade e a separação entre sujeito e objeto, tantas vezes naturalizadas no fazer científico, não são possíveis. Além disso, todo fenômeno humano é situado no tempo e no espaço, de

* Na edição 2012 da série Mapa da Violência, dedicada à criança e ao adolescente no Brasil, menciona-se um aumento de 26,5% nas taxas de óbitos por causas externas nas faixas etárias de 1 a 19 anos de idade com relação com relação a 1980. Isoladamente, os homicídios de crianças e adolescentes foram responsáveis por 22,5% do total de óbitos nessa faixa (Weisselfisz, 2012).

forma que qualquer aproximação que não considere a historicidade e as contingências pode conduzir à essencialização e ao desenraizamento do problema. A metodologia, ao conter em si princípios filosóficos e posturas epistemológicas, estabelece recortes já na definição do problema e nas decisões sobre como e quais informações reunir. O envolvimento do pesquisador na construção do problema e na teorização começa aí, e é sobre esse movimento de interações e decisões contínuas que trata este artigo no marco metodológico da Análise Situacional.

Através de mapeamentos, a Análise Situacional oferece a possibilidade de abordar o problema da violência programática incluindo suas complexidades, abrindo a versão simplificada da apologia e exaltação do crime e construindo um terreno analítico no qual realizar análises fundamentadas. Com isso, o compromisso firmado com a violência e sua reprodução ganham muitas dimensões nas quais é possível considerar quem e o que estão presentes no processo, mesmo que seja em silêncio. O problema, enraizado, datado e situado, ultrapassa a imobilização dos limites no indivíduo e no determinismo do que está fora, ficando na esfera relacional.

O termo “programática” é utilizado aqui para denotar regimes de práticas e programas de conduta que têm efeitos prescritivos a respeito do que deve ser feito e efeitos de codificação sobre o que deve ser conhecido (Clarke, 2005; Foucault, 1991). A partir do material empírico analisado em minha pesquisa, chamo de “violência programática” a violência orientada a destinatários previamente nomeados, e que serve a objetivos relacionados a conteúdos prescritivos com conotações políticas, como as narrativas dos comandos que atuam como organizadores sociais. De

forma específica, refiro-me à violência no *mundo do crime* orientada aos grupos rivais, às autoridades e à sociedade. Nesse contexto, destaco o terreno discursivo da apologia do crime, que opera no recrutamento e engajamento para a violência programática, atravessando as contingências que contribuem à reprodução da violência e para a constituição das subjetividades no crime.

A expressão *mundo do crime* é utilizada por Feltrán (2008) em referência ao “conjunto de códigos e sociabilidades em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos”. Embora esta formulação tenha sido desenvolvida em estudo etnográfico circunscrito ao bairro de Sapopemba (São Paulo), serve aqui para nomear o envolvimento com o crime como forma de vida, destacando o aspecto referente aos códigos e formas de sociabilidade possíveis que atingem crianças e jovens brasileiros. Isto diz respeito às tensões, como descreve Feltrán (2008), entre o *mundo do crime* e as pessoas que, mesmo sem fazer incursões no universo dos negócios ilícitos, veem-se obrigadas a lidar com o crime seja porque estão ocupadas em defender-se de seus efeitos, em aceitar formas de convivência pacífica nas regiões onde o crime opera ou em acompanhar as histórias de amigos e familiares afetados pelo envolvimento direto.

As particularidades que caracterizam as vidas das pessoas que habitam favelas e periferias das grandes cidades no Brasil repetem-se em muitos contextos, apesar da heterogeneidade da vida nessas regiões ser tão diversificada quanto em qualquer outro lugar ou classe social. Para Souza (2009), por exemplo, a violência no Rio de Janeiro, longe de ser um fenômeno singular e circunscrito a essa cidade, “inspira e antecipa” uma condição muito mais

* O termo “sociedade” é utilizado para designar aqueles que “não são do crime” ou que não fazem parte do comando. Ver, por exemplo, Biondi, 2010.

ampla, onde fatos relacionados ao cotidiano das pessoas se repetem em uma realidade abrangente e nacional, sinalizando regularidades:

(...) desorganização familiar, carência afetiva, ausência dos pais (...), procura do excluído por integração e emulação da comunidade incluída, a transmutação dos objetivos da sociedade legítima (acesso à riqueza, prestígio, mulheres etc.) em outro campo social, o do crime. (Souza, 2009, 94)

Pautado por condições e processos que atingem o indivíduo em várias dimensões vitais, entre elas a dimensão afetiva, o cotidiano da exclusão social gera as precondições a partir das quais se habitam mundos possíveis. É em contextos de desigualdade, incluindo as desigualdades nas precondições afetivas e cognitivas, que se dá a vulnerabilidade para o ingresso no *mondo do crime* e para firmar compromissos com a mesma violência da qual se é muitas vezes vítima. Com isso Souza (2009) vem questionar a visão praticamente naturalizada de que o ingresso no crime depende unicamente de decisões e movimentos individuais.

Os contextos nos quais sobrevivem e se retroalimentam as narrativas programáticas de formações fluidas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, são contextos de violência contínua, endêmica, que afetam de forma específica crianças e jovens. Trata-se, portanto, de contextos de violência prévia e prolongada, com efeitos sociais e políticos perversos, no qual estão inscritas as biografias de muitas pessoas que enfrentam diariamente as tensões dos fluxos que transitam para dentro e para fora do crime como forma de vida. O engajamento na violência programática e a aceitação das promessas de redescr-

ção sob o amparo dos comandos não são explicáveis como decisões ponderadas ou simplesmente por debilidades do indivíduo, pois constituem um compromisso firmado no isolamento (Arendt, 2007) com a mesma violência que antecede, em redes de reciprocidade de efeitos negativos (Matos, 2009), e que operam contra a liberdade e a construção de subjetividades em contextos seguros.

O engajamento na violência programática como fenômeno recorrente não está desvinculado do contexto e as precondições, ou seja, as condições com as quais o indivíduo vem ao mundo, não são as mesmas para todas as pessoas (Souza, 2009). Vale destacar, por exemplo, que o motor propulsor dos índices de homicídio no Brasil, um dos mais altos do mundo, está na população jovem. Em 2011, 73% das mortes juvenis deveram-se a causas externas, sendo que os homicídios responderam por 38,6% (Waiselfisz, 2014a). O conceito “morte violenta” engloba no Mapa da Violência de 2014 dados de homicídios, suicídios e incidentes de transporte. Desmembrando os dados, é possível obter um ciclo de vida e mortalidade violenta no qual o número de homicídios dispara a partir dos 14 anos, passando de 9,2 homicídios por cada 100 mil habitantes para 69,3 na idade de 21 anos, com progressivo declínio posterior.

Esses índices são superiores aos obtidos em países em conflito armado. Suas grandezas são tais que, entre 2008 e 2011, o número de homicídios no Brasil (206.005 vítimas) foi muito superior aos números referentes aos 12 maiores conflitos armados no mundo entre 2004 e 2007 (Global Burden of Armed Violence, in Waiselfisz, 2014b). Os números do Brasil chegam a ser quase idênticos à somatória de mortes diretas no mesmo período nos

62 conflitos armados estudados, correspondente a 208.349 pessoas (Waiselfisz, 2014b).

Segundo o anuário do Fórum de Segurança Pública (2014), as taxas de homicídio gerais brasileiras incluindo homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte em 2013 apontam crescimento de 1,1% com relação a 2012, com uma equivalência a 1 homicídio a cada 10 minutos. A polícia brasileira também está entre as que mais mata e mais morre em serviço, com a particularidade de que a taxa de mortes de policiais fora de serviço em 2013 foi de 75,3%, enquanto 24,7% corresponderam a mortes em serviço. Em contrapartida, 81,8% das mortes por ação policial ocorreram na ação policial em serviço (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014).

O anuário destaca ainda que o número de pessoas encarceradas no país chegou a 574.207 detentos, dos quais 40,1% são detentos provisórios, sem incluir presos sob custódia das polícias. A política de encarceramento massivo é um dos principais fatores relacionados ao surgimento e consolidação de comandos no meio carcerário. Os números de homicídios e encarceramento são maiores em homens jovens e negros, e a população juvenil é a mais vulnerável para ingresso na criminalidade, sendo que muitas crianças são soldados do tráfico. A violência letal é apenas a ponta do iceberg de um contexto de violência prevalente, endêmica e estruturante.

Os vídeos de apologia e exaltação do crime utilizados em minha pesquisa doutoral para a construção dos mapas situacionais apresentados neste artigo constituem-se em peças persuasivas atravessadas pelas narrativas programáticas dos comandos e oferecem ao mesmo tempo testemunhos e promessas de caminhos para a redes-

crição indentitária através do ingresso em formações criminosas, além da incitação ao ódio pela desumanização do oponente ou inimigo, reconhecido como causante ou coadjuvante na dor. Há um grande número de vídeos produzidos (inicialmente ou replicados) por jovens, vídeos onde os porta-vozes são crianças, bem como vídeos nos quais fala-se explicitamente da preparação de crianças, não exatamente para o crime, mas para uma guerra.

Considero importante destacar que abrir a escuta para os eixos em torno dos quais se articula esse terreno discursivo não significa endossar o emprego da violência em qualquer das suas formas, nem pactuar com processos de criminalização das populações marginalizadas. O objetivo de adentrar o terreno da apologia do crime é adentrar as redes de sentido que são propostas para justificar atos, legitimar posturas e cativar membros, redes que na ironia das contingências do sujeito mostram que podem ser suficientemente poderosas para capturar e conduzir vidas. Essas redes, como todas as redes de sentidos, existem entre as pessoas, inclusive aquelas que, no conforto do homem bom, viram o rosto para as forças que contribuem para a reprodução da violência em sociedade. Na seção seguinte apresento brevemente o projeto de pesquisa no qual abordo este problema.

CAMINHO METODOLÓGICO DO PROJETO

As indagações que me conduziram ao delineamento do terreno analítico da apologia do crime para abordar o engajamento na violência programática originaram-se a partir dos ataques do PCC em 2006, em São Paulo. A surpreendente articulação entre as ruas e

o mundo interno aos muros das prisões apresentava-se como elemento novo para o problema da criminalidade (Adorno & Salla, 2007), sugerindo uma disposição para o envolvimento em ações violentas que ultrapassavam a violência comum ou movimentos de contágio. O que teria possibilitado tal engajamento, capacidade de resposta e militância durante os ataques? Que elementos eram facilitadores na disposição para aderir aos projetos e programas dos comandos?

O corpus utilizado inicialmente para aproximação às variáveis relacionadas ao engajamento no *mundo do crime* como forma de vida e na ação violenta como estratégia estava composto por vídeos de funk proibidão de exaltação do crime* postados no YouTube. Produzidos no *mundo do crime* e suas adjacências, esses vídeos tornaram-se conhecidos em 1999 quando o Rap do Comando Vermelho, que descreve a execução de um delator, chegou aos jornais. A cultura funk como produto da cultura pop é muito mais ampla do que o recorte do *funk* clandestino e, portanto, não pode ser associada de forma direta à criminalidade. O recorte de que trato aqui diz respeito aos vídeos que têm como finalidade exaltar feitos e grupos criminais.

Para localizar as primeiras peças relacionadas ao engajamento em violência estratégica foram utilizadas como palavras-chave os nomes dos dois principais comandos que operam no país: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Foram analisados inicialmente vinte vídeos selecionados por caminhada aleatória** (Steiner, 2012). Esses vídeos serviram como sementes para a posterior amostragem teórica*** e possibilitaram a construção de um mapa situacional a partir do qual foi possível delinear o terreno analítico na

apologia do crime (apresentado na Figura 1, junto à discussão dos mapas).

O segundo mapa (Figura 2) foi construído a partir de dois vídeos selecionados com foco na apologia do crime, ilustrando o caminho de amostragem teórica em dois eixos: a preparação afetiva e cognitiva para a adesão aos comandos (vídeo “Mente firme e coração blindado”), e o conflito armado nos territórios dominados pelo tráfico de drogas (vídeo “Se brotar no Manguinhos, nós vai matar polícia”). Nos exemplos apresentados, expressões nativas foram registradas como códigos *in-vivo* (por exemplo braço nervoso, vermes, papo reto) e mapeadas juntamente com elementos situacionais.

Os vídeos de apologia ao crime dão visibilidade à comunicação periférica, aos discursos e narrativas que circulam na guerra do tráfico, nas disputas entre grupos, no mundo dos roubos e furtos, na guerra contra a polícia. Expõem os argumentos e elementos que incitam o engajamento no *mundo do crime* como forma de vida, e na ação violenta como componente da atividade econômica ilícita e caminho para a visibilidade. Diferentemente de dados obtidos em entrevistas, observação participante ou imersão etnográfica, por exemplo, onde a interação com o pesquisador poderia produzir desvios, esses vídeos constituem-se num corpus de comunicação que se dá naturalmente em e para o *mundo do crime*, com conteúdos políticos e persuasivos relacionados à captação e formação de soldados do crime****.

A aproximação inicial aos vídeos demandou uma metodologia capaz de lidar com um problema complexo, repleto de jogos de sentido muito particulares inseridos em materiais persuasivos e apelativos. A Análise Situacional mostrou-se suficientemente flexível e

* O proibidão de exaltação do crime configurou-se como subgênero do funk carioca à época da proibição dos bailes com a Lei do Funk (Lei nº 3410, de 29 de maio de 2000, resultado da CPI do Funk).

** A caminhada aleatória é uma técnica de amostragem caracterizada por uma sequência de passos discretos a partir de um ponto de origem conhecido, distância constante entre cada passo e aleatoriedade na direção de cada movimento. Ao não dispormos de um listado estável e finito dos vídeos disponíveis no YouTube, a caminhada aleatória apresenta-se como uma alternativa viável para a obtenção de sementes de amostragem.

*** No processo de inferência abdução que conduz a pesquisa em qualquer modalidade da Teoria Fundamentada nos Dados, a amostragem não responde a critérios de representatividade e aleatoriedade: tanto as decisões de amostragem quanto sobre o que se considera relevante como dado respondem às necessidades apontadas em cada momento na interação com o problema, o que exigirá a identificação de novas fontes e direções para esclarecer, aprofundar, delimitar.

**** O termo “crime” é utilizado nesses contextos de forma ampla, sem se limitar às práticas imputáveis.

rigorosa, de forma que a própria delimitação do terreno analítico na apologia do crime se dá como resultado e ponto de partida para análises e teorizações fundamentadas. Assim, o desenho de projeto, a delimitação do terreno analítico, a amostragem e as articulações teóricas desenvolvem-se como parte de um mesmo processo recursivo, que inclui a interação do pesquisador com os materiais empíricos, modelos teóricos, teorias ingênuas, senso comum, afetos. Este é o processo que busco discutir e exemplificar neste artigo.

O terreno analítico da apologia do crime estabelece-se como terreno discursivo onde promessas de redescritção no braço nervoso dos comandos, a desumanização do oponente e a blindagem afetiva e cognitiva articulam-se como eixos de práticas e processos sugestivos de radicalização. Tais processos estão inseridos em contextos de violência prévia, onde estão inscritas as biografias de muitos que adentram o crime como forma de vida. Esses eixos são apresentados aqui como pontos de partida para a condução da amostragem para ilustrar o emprego da metodologia. Tendo os mapas como contexto, esses mesmos eixos podem ser articulados com outros eixos e elementos, ou abertos para outras formas de articulação.

Na seção seguinte descrevo brevemente os desenvolvimentos da Teoria Fundamentada nos Dados, situando a Análise Situacional entre as revisões relevantes à metodologia e destacando sua adequação para a análise de materiais discursivos. A partir de então, dois mapas situacionais são discutidos com o fim de exemplificar a aplicação da metodologia e as articulações que possibilitaram a delimitação do terreno analítico da apologia do crime no contexto da violência programática que atravessa o *mundo do crime*, para depois esboçar possíveis caminhos para

prosseguir na amostragem teórica e, finalmente, apresentar as considerações finais.

A ANÁLISE SITUACIONAL NA TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS

Como refundamentação pós-moderna da Teoria Fundamentada nos Dados (ou Grounded Theory – ver Glaser e Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1998; Glaser, 2002; Charmaz, 2002 e 2014), metodologia com longa tradição na Psicologia Social e na Sociologia, a Análise Situacional parte da vivência empírica e situa o pesquisador como primeira ferramenta no processo de teorização*, num contínuo que permite documentar e tornar transparente a condução do estudo. Tendo como eixo a complementação das contribuições do Interaçionismo Simbólico, ecologia da Escola de Chicago e da Filosofia Pragmatista com o pensamento de Foucault, a refundamentação proposta por Clarke (2005) representa ao mesmo tempo uma atualização metodológica e um giro discursivo. É, portanto, adequada para a análise e teorização fundamentadas de materiais discursivos como os vídeos de apologia do crime.

A Teoria Fundamentada nos Dados surge em meados da década de 1960 como crítica à ênfase que as Ciências Sociais, nas sendas do cientificismo de meados do século XX, depositou sobre as etapas de validação de hipóteses e teorias, deixando em segundo plano etapas anteriores do processo nas quais os problemas são articulados e as hipóteses formuladas (Glaser e Strauss, 1967). Coleta de dados, análise e articulações teóricas ocorrem simultaneamente, alinhavadas pela capacidade do pesquisador de articular dados e teoria. É a interação com o problema em si, com sua dinâmica e especificidades,

Análise situacional:
alternativa metodológica
para uma análise das
vozes da integração nos
comandos do crime

89

Luciana Moretti Fernández

* O termo Teorização deve ser entendido aqui como estabelecimento de relações entre conceitos abstratos, podendo ter como fim a explicação ou compreensão de um problema (Charmaz, 2014). A teorização é um processo interpretativo, nunca descritivo, e no contexto da Teoria Fundamentada nos Dados deve ser entendida como um processo de médio alcance que responde a uma questão gerativa, e não às formulações de teorias que buscam a universalização.

que conduz o processo, e não somente as definições teóricas, técnicas e metodológicas prévias, como ocorreria no método hipotético-dedutivo, nas ciências naturais.

Pode-se dizer que a Teoria Fundamentada nos Dados é uma abordagem flexível que se caracteriza por uma determinada postura e uma constelação de métodos (Charmaz, 2014). Os pressupostos assumidos pelo pesquisador e como esses pressupostos são colocados em jogo dependerão de sua postura epistemológica (da compreensão que se tem sobre o conhecimento científico produzido e sua relação entre sujeito e objeto) e quadro ontológico ou visões de mundo, ou seja, de como o pesquisador se constitui como tal e como se posiciona no campo. O que distingue um trabalho como Teoria Fundamentada nos Dados é, portanto, um conjunto de posturas e ações*.

Em *The Discovery of Grounded Theory* (1967), Glaser e Strauss estabelecem os princípios norteadores que deram corpo à formulação inicial. Nesse primeiro momento, apresentava-se um método para a elaboração de teorias conceituais enraizadas nos dados, com a menor influência possível do pesquisador. Pensada como um método geral de análise comparativa e um conjunto de procedimentos capazes de gerar [sistematicamente] uma teoria fundamentada (Glaser e Strauss, 1967), a metodologia deveria gerar “um conjunto de conceitos cuidadosamente fundamentados e organizados em torno de uma categoria central, integrados em uma hipótese” (Glaser, 2004).

A ação é a metáfora central para a Teoria Fundamentada nos Dados. Seguindo um processo indutivo, coleta, análise e codificação avançam simultaneamente. Seguindo o método das comparações sistemáticas, a codificação inicia-se como um processo

aberto, onde as ações são codificadas idealmente como verbos, para depois avançar para uma etapa de codificação focada na indução categórica até chegar à codificação teórica, momento em que as categorias que emergiram são articuladas com a literatura para formular uma teoria parcimoniosa e local. Nos textos fundacionais, recomenda-se codificar linha por linha ou palavra por palavra, embora a unidade de análise possa variar conforme o projeto (Glaser & Strauss, 1967; Charmaz, 2014).

O processo de codificação e análise terminaria com a saturação teórica dos dados, momento no qual novos dados não acrescentam mais informações para criação de novas categorias de análise ou especificação de propriedades às categorias em uso. A teoria é formulada em torno de uma categoria central que deveria emergir nesse processo, integrando conceitos em uma hipótese. Esperava-se, portanto, que os dados falassem por si mesmos. A suspensão das concepções prévias do pesquisador e o adiamento da revisão da literatura eram medidas pensadas para ajudar a garantir a esperada neutralidade (Glaser & Strauss, 1967).

Suspensão das concepções prévias do pesquisador, adiamento da revisão da literatura até o momento da articulação teórica, amostragem teórica guiada pelo problema e não por critérios técnicos de aleatoriedade e representatividade, método das comparações sistemáticas e codificação aberta**, indução e saturação categórica, e teorização articulada (e não descritiva) estão entre os princípios norteadores inicialmente formulados. Essa primeira abordagem passou por diversas reformulações, originando ramificações entre as quais destacam-se a vertente purista denominada Clássica por Glaser (2002); a vertente

* Esta afirmação é central para a compreensão da Teoria Fundamentada nos Dados. Para um maior aprofundamento, ver Strauss e Corbin, 1998 e Charmaz, 2014.

** Detalhar os princípios norteadores da Teoria Fundamentada nos Dados vai além do escopo deste artigo. Uma discussão detalhada e revisada desses conceitos e suas aplicações sob uma perspectiva construcionista pode ser encontrada em Charmaz, 2006 e 2014.

te de corte interacionista formulada por Strauss e Corbin (1998); a revisão construcionista desenvolvida por Charmaz (2006, 2014) e a refundamentação pós-moderna proposta por Clarke (2005).

Afastando-se das reminiscências positivistas presentes na formulação clássica de Glaser e Strauss (1967) e na revisão de Strauss e Corbin (1998), Charmaz (2000) traz a relatividade e subjetividade para as discussões epistemológicas, propondo assim um Giro Construcionista. Nesse tronco, as ideias clássicas de emergência conceitual e teórica são substituídas pela ideia de construção, a saturação dá origem também à ideia de suficiência, e a neutralidade cede cada vez mais espaço à integração do pesquisador como fio condutor em interação com o problema. As ideias de Blumer (1954) sobre o papel das formulações conceituais como instrumentos sensibilizadores são incorporadas, de forma que as concepções e experiências prévias são entendidas como instrumentos-guia, e não como prescrições fechadas*.

Afiançando-se nas raízes pragmatistas, o processo de inferência no tronco construcionista (do qual a Análise Situacional faz parte) é a abdução, entendida como uma interação na qual as informações presentes na situação produzem efeitos no pesquisador, possibilitando inferências e conjecturas fundamentadas no contexto (ver Peirce, 1878; Charmaz, 2014; Fernández, 2014). A formulação teórica é entendida como uma formulação interpretativa que se dá através da interação contínua entre uma postura ativa do pesquisador em relação ao problema e aos dados. O que finalmente define a aproximação metodológica da Teoria Fundamentada nos Dados é “uma postura filosófica específica, uma lógica de investiga-

ção particular e um conjunto de procedimentos ou orientações flexíveis” (Charmaz, 2014).

Para Clarke (2005), o conjunto de posturas e ações que deram forma à Teoria Fundamentada nos Dados sempre gravitaram em torno de princípios pós-modernos. O mesmo pode-se dizer das raízes filosóficas, pois o Interacionismo Simbólico, a Ecologia da Escola de Chicago e a Filosofia Pragmatista desde sempre situaram o homem nos contextos que habita, entendendo o conhecimento de si e do mundo como algo local e resultante das interações sociais, sendo que a interação entre sujeito e contexto é sempre multidirecional. Avançando nessa direção já apontada em Strauss e Corbin (1998), Clarke (2005) propõe uma refundamentação pós-moderna da Teoria Fundamentada nos Dados, sugerindo que a unidade de análise deve ser a situação de pesquisa em sua totalidade, incluindo nela o pesquisador e qualquer elemento que possa afetar, de uma maneira ou de outra, o problema em questão.

A partir da metáfora da “ação situada”, a Análise Situacional considera como unidade de análise a situação de pesquisa em sua totalidade. A situação empírica situa-se como terreno analítico no entrecruzamento entre os níveis micro e macrossocial, onde os elementos humanos e não humanos que de alguma forma são relevantes para o problema são mapeados e inter-relacionados, criando-se assim um registro transparente da multiplicidade de caminhos possíveis e das decisões tomadas durante o processo. Esse registro documental de processos e decisões singulares possibilita a replicação na pesquisa qualitativa e a redescrição dos dados, contribuindo para avanços no campo.

Para uma análise situacional completa, Clarke propõe a construção de

* Ao questionar os pressupostos das Ciências Sociais, Blumer propôs em 1954 a ideia de “conceitos sensibilizadores” para substituir a ideia de conceito como prescrição. Para Blumer, as Ciências Sociais deveriam usar concepções como instrumentos-guia, e não como prescrições fechadas.

três mapas como representações gráficas que integram diferentes níveis. O mapa situacional, que inclui elementos humanos e não humanos relevantes na situação; o mapa de mundos simbólicos, construído a partir do registro de mundos e arenas sociais presentes na situação; e o mapa de posicionamentos, que proporciona um traçado das posições e silêncios em torno de eixos discursivos. O descentramento do sujeito e do objeto, a movimentação analítica ágil, a abertura à reinterpretação e a capacidade para representar a multiplicidade estão entre as principais contribuições dos mapeamentos utilizados na Análise Situacional (Clarke, 2005).

Os mundos sociais são concebidos aqui como mundos simbólicos que são constituídos em práticas discursivas. O mapeamento de mundos sociais e discursivo são, assim, as duas caras da mesma moeda, sendo que as interações entre mundos sociais podem ser observadas também em arenas mais amplas, embora transitórias, às quais narrativas, discursos e grupos aparecem pontualmente. São “cartografias de compromissos coletivos, relações e lugares de ação” (Clarke, 2005). Para o mapeamento das posições em torno de eixos discursivos, Clarke propõe que as posições e os silêncios em torno de um tema sejam registrados independentemente dos atores, descolando assim o mapeamento de concepções prévias sobre quem diz o quê. Os três mapas podem integrar a análise situacional com informações produzidas em um ou vários lugares.

Finalmente, a construção empírica da situação como propõe Clarke oferece possibilidades de olhar de diferentes ângulos para o mesmo problema, para as interações entre elementos, e para mundos simbólicos e seus produtos. Os mapas situacionais possibilitam a movimentação rápida

entre dados e por diferentes eixos, o que permite identificar processos que de outra forma poderiam permanecer silenciados. O problema do engajamento na violência programática pode ser situado, assim, na intersecção de várias esferas e mundos simbólicos habitados, preservando o que há de humano nesse contexto, mesmo que seja por caminhos tortuosos.

Na seção seguinte serão apresentados dois mapas situacionais para ilustrar o processo de delineamento do terreno analítico e da construção da situação da apologia do crime conforme apresentada nos vídeos de apologia. Essa divisão é artificial, já que o mapa situacional como tal conterá o resultado das interações entre o pesquisador e o problema. Os mapas de mundos simbólicos e de posicionamentos não serão apresentados aqui por estar além do escopo deste artigo.

ENGAJAMENTO NA VIOLÊNCIA PROGRAMÁTICA COMO AÇÃO SOCIAL SITUADA

Na Análise Situacional, Clarke (2005) propõe um deslocamento da metáfora da ação como processo social básico para a metáfora da ação situada. Para tanto, a situação de pesquisa em sua totalidade é tomada como unidade de análise, construída empiricamente a partir do problema conforme “enquadrado pelas pessoas inseridas na situação e pelo pesquisador” (Clarke, 2005). A construção empírica da situação é realizada através de mapas situacionais, nos quais todos os elementos humanos e não humanos que podem, de alguma forma, afetar o problema, são registrados. A ideia é que “tudo o que está na situação constitui e afeta praticamente tudo o que está na situação de alguma forma”

construída, na qual a violência programática do *mundo do crime* está enraizada. Inclui pontos de silêncio (Clarke, 2005), ou seja, componentes situacionais que não estão explícitos ou articulados no material de apologia analisado, como por exemplo os elementos relacionados nos clusters “exclusão”, “precondições humanas” e alguns elementos de “bairros interrompidos”, como é o caso dos higienismos. Esses elementos, embora sejam relevantes na situação, não estão articulados nas falas ou estão ausentes. Os efeitos da figuração como classe perigosa estão presentes por exemplo na raiva social, mas o processo de figuração em si não é mencionado nos vídeos de apologia.

Alguns elementos foram agrupados em clusters que refletem sensibilizadores teóricos* (concepções teóricas prévias). Os sensibilizadores teóricos não recebem maior peso específico no mapeamento (alguns representam clusters, outros são elementos de clusters), mas foram incluídos como articulações teórico-conceituais porque foram elicitados no processo e para que, uma vez explicitados, possam ser objeto de comparações sistemáticas nas interações entre produção de dados de campo e cada sessão de análise.

Entre os sensibilizadores incluídos na Figura 1 estão o naturalismo pragmático com a concepção de sujeito-rede em Rorty (1989), as ideias de sombreamento e isolamento político em Arendt (2007), a formulação sobre precondições afetivas em Souza (2009), a noção de esferas públicas constituídas no agir comunicativo por Habermas (1992), e o Interacionismo Simbólico de Mead (1934) e Blumer (1969). A exposição de cada um desses sensibilizadores ultrapassa o escopo deste artigo, embora seja necessária para uma discussão das teorizações geradas a partir dos mapas situacio-

nais apresentados aqui. Para atender aos objetivos propostos, os exemplos a seguir ajudam a explicitar como esses operadores estão presentes nos mapas.

Na Figura 1, por exemplo, o elemento “isolamento político” (Arendt, 2007) remete à dimensão da vida situada *entre* as pessoas. A linha que conecta o “isolamento político” à “violência programática” através do “compromisso com a violência” é uma linha que serve para articular também o elemento “redescrição nos comandos”, identificado no mapa da apologia do crime na Figura 2. O compromisso com a violência é entendido como uma escolha, e essa escolha não depende somente de fatores individuais. Está inserida num contexto mais amplo que remete a precondições sociais e afetivas, no qual uma reação possível ao isolamento político é a redescrição de si mesmo em outro contexto de inclusão.

Aqui, o termo redescrição remete à ideia de subjetividade linguística em Rorty, inscrita no naturalismo pragmático que compreende o homem como resultado das experiências de causa e efeito que vivencia. A descrição de si mesmo tem como ponto de partida as condições nas quais o indivíduo nasce, que não são as mesmas para todas as pessoas. Assim, a ideia de precondições em Souza (2009) ajuda a situar o engajamento na violência como um fenômeno situado tanto do ponto de vista individual como social.

Os operadores teóricos exemplificados aqui não foram escolhidos *a priori*. Foram elicitados durante o processo de análise e respondem a crenças teóricas selecionadas pelo pesquisador durante a análise. Outras crenças teóricas poderiam ser acionadas e outros caminhos analíticos poderiam ser traçados utilizando-se os mesmos elementos registrados no mapa de apologia do

* A expressão “sensibilizador teórico” é utilizada na Teoria Fundamentada nos Dados a partir da apropriação da ideia de “conceito sensibilizador”, utilizada por Blumer ao criticar o uso fechado e prescritivo de conceitos nas Ciências Sociais. Para Blumer, os conceitos sensibilizadores “proporcionam ao usuário um sentido geral de referência e orientação na aproximação às instâncias empíricas” (Blumer, 1954), e não concepções fechadas e definitivas ou prescrições.

crime (Figura 2). Por exemplo, o paradigma jurídico, modelos patológicos ou culturalistas não foram elicitados. Os operadores escolhidos respondem a crenças e também ao objetivo da pesquisa, que é uma teorização fundamentada da dimensão comunicacional no engajamento à violência programática.

A categoria analítica “violência programática” foi situada no centro do mapa na Figura 1, que recolhe elementos situacionais, processos, construções discursivas, acontecimentos e formulações teóricas. É um mapa preliminar no qual confluem elementos gerados a partir da análise situacional inicial de vídeos de apologia, mas também de outras fontes, bem como sensibilizadores teóricos elicitados. As conexões entre os elementos são tentativas, sendo que no primeiro nível das conexões com o elemento central, que é a violência programática, foram identificados possíveis clusters ou agrupamentos de elementos relacionados. O mapa não recolhe as direções nem os tipos de conexões, apenas a possível relação entre clusters, proporcionando um terreno para pensar a violência programática e as promessas que a apologia oferece para os soldados do crime.

Os mapas situacionais não pretendem ser definitivos. São, antes, instrumentos analíticos abertos à inclusão de novos elementos, reorganização de conexões, e experimentação de caminhos. Assim, o mesmo mapa possibilita uma análise do posicionamento político do crime frente à sociedade e as autoridades, por exemplo, durante os ataques do PCC em 2006; a análise do conflito social armado não nomeado que alista crianças à guerra do tráfico diariamente; ou uma análise de processos que afetam as segundas e terceiras gerações no crime, relaciona-

dos no cluster nomeado radicalização. São apenas alguns caminhos, a modo de exemplo, que podem ser analisados separadamente ou em interação, mas todos dentro de uma situação empiricamente construída a partir de imersões no problema, e interconectados pela violência programática.

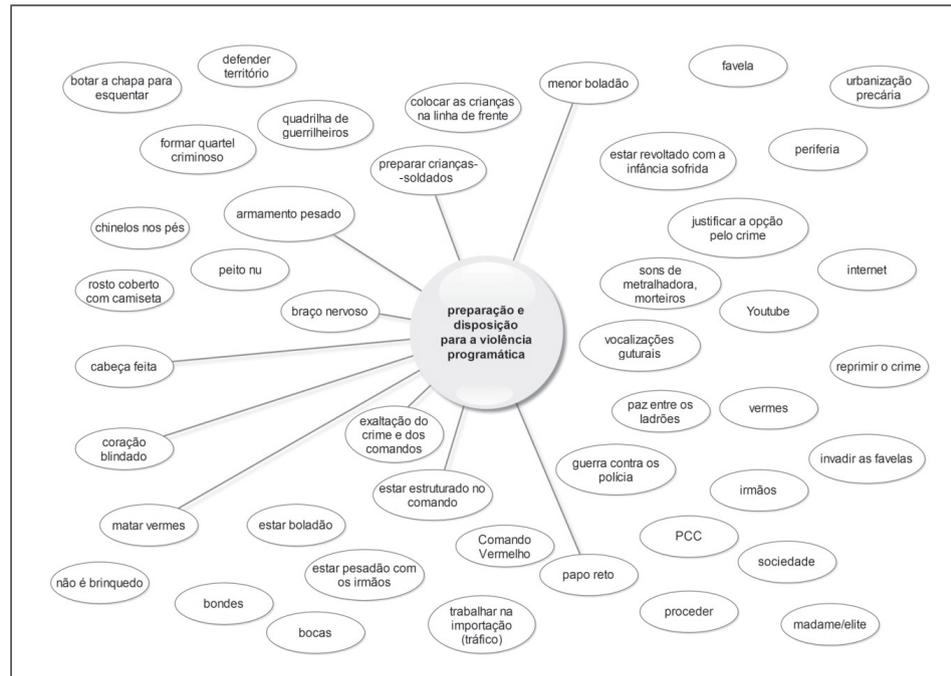
Veamos agora o mapa situacional do discurso da apologia (Figura 2). Elementos da materialidade, como favela, armamento pesado ou urbanização precária foram obtidos de textos e imagens. Outros elementos, discursivos ou processos, foram registrados como códigos *in-vivo*, ou seja, conforme seu uso nativo nos vídeos. O registro de termos nativos é um recurso importante na Teoria Fundamentada nos Dados, mas neste material em particular esses termos adquirem um peso ainda maior, uma vez que a linguagem utilizada no e para o *mundo do crime* é metafórica por causa da clandestinidade e também pela força simbólica que opera na construção de mundos.

Assim, as metáforas utilizadas no mapa são metáforas *in-vivo*, que poderão ou não permanecer como tal na fase de articulação teórica. A linguagem utilizada é repleta de menções à força (estar estruturado, estar pesadão, estar na contenção, estar formado, ficar fortalecido), ao movimento (irmãos na correria, bondes, brotar), a elementos bélicos (menções a frações de território, exaltação das armas especificando tipos, modelos e marcas, quartel criminoso, quadrilha de guerrilheiros), à disposição para matar (cabeça feita, coração blindado, matar os vermes, botar a chapa para esquentar, ser chapa-quente), ao posicionamento político (braço nervoso, papo reto, proceder).

O mapa na Figura 2 oferece, assim, uma cartografia inicial e sim-

Figura 2

Mapa situacional a partir do discurso da apologia do crime



plificada, mas densa, de construções simbólicas e processos presentes na apologia do crime. As linhas traçadas oferecem conexões possíveis entre alguns desses elementos. A preparação e construção de uma disposição para exercer e reproduzir a violência programática, já presente no mapa anterior, está situada ao centro do mapa, pois nos vídeos analisados é o ponto para onde convergem os elementos da apologia. A preparação das crianças (*menor boladão*) e sua colocação na linha de frente (*os menor aplica*) na guerra contra os vermes é relatada nos vídeos como intencional e estratégica, utilizada também como deboche nos jogos de desmoralização da polícia.

Até aqui foram apresentados dois mapas iniciais (mapa que inclui sensibilizadores teóricos e pontos de silêncio e o mapa da apologia). Esses mapas da maneira como estão apresentados aqui permitiram o delineamento do terreno analítico na apologia do crime

como terreno discursivo onde convergem práticas que sugerem processos de radicalização. Os passos seguintes dependerão da condução da amostragem teórica, uma das características distintivas da Teoria Fundamentada nos Dados, presente também na Análise Situacional.

Diferentemente da amostragem inicial utilizada na aproximação qualitativa para estabelecer o primeiro contato com o problema, a amostragem teórica guia o processo e os caminhos a serem seguidos para a elaboração conceitual e teorização fundamentadas (Charmaz, 2014). Implica que já foram geradas construções preliminares sobre o que está sendo investigado durante a amostragem inicial, possibilitando a formulação de ideias e comparações com novos dados empíricos. Seguindo na inferência abductiva, busca-se a formulação de explicações úteis e locais para acontecimentos e fatos surpreendentes, que não encaixam nas explicações disponíveis.

Uma das utilidades dos mapeamentos da Análise Situacional é tornar transparente o processo dinâmico das decisões que constroem a pesquisa. As linhas traçadas na Figura 2 apontam para direções possíveis na condução da amostragem no terreno analítico da apologia do crime. Como processo comunicacional, a apologia do crime está atravessada por discursos socialmente compartilhados, constituindo-se numa rede de sentidos que ao mesmo tempo em que narra o mundo do crime, oferece promessas de redescritção identitária que incidem sobre o recrutamento e reprodução na violência programática, ultrapassando a violência do crime comum, situando-se nos domínios do ódio prévio e radicalização. As narrativas da apologia são entendidas, portanto, como narrativas situadas em contextos de violência prevalente e retroalimentadas por processos discursivos em torno do eixo da exaltação do crime como forma de vida.

A promessa de redescritção identitária é um dos eixos escolhidos em minha pesquisa para prosseguir com a análise e teorização. Tal como oferecida na apologia do crime, organiza-se em torno de diversos eixos discursivos (ver Figura 2), entre os quais destacam-se a estruturação no comando (na grande maioria das peças analisadas referindo-se ao Primeiro Comando da Capital ou ao Comando Vermelho, dependendo da afiliação), a ideia de que há um caminho certo a ser seguido, pautado por um código de ética e micropolítico (papo reto, o certo pelo certo, o proceder, o fundamento), com a conseqüente ameaça de morte para aqueles que desviarem do caminho, conteúdos programáticos atravessados pela desumanização do inimigo (os inimigos são vermes), justificativa do ingresso no crime pela revolta, exalta-

ção de líderes e feitos criminais, e um lugar de empoderamento através da integração do “braço nervoso”, braço armado do posicionamento político no *mundo do crime*.

Essa equação inclui a preparação que vai da “cria” – aspecto do aspirante que se observa na moral (para ingressar como bandido formado tem que “ter moral de cria”) – à disposição para adesão ao comando* e preparação para o confronto. O processo de preparação, que frequentemente se inicia na infância para os soldados-mirins do tráfico, opera através do que nos textos de apologia analisados é descrito como blindagem nos campos afetivo (coração blindado) e cognitivo (mente firme, pensamento blindado), onde se faz necessário saber o que é certo e o que deve ser feito, sem titubear. Firma-se, assim, um compromisso com uma violência prévia que se reproduz, com elementos de radicalização (ver Matsumoto, Hwang e Frank, 2012).

Não é à toa que a expressão “estar estruturado” é utilizada como caminho para uma redescritção identitária repleta de metáforas e vocabulário que remetem às ideias de peso, densidade, força, impacto. O comando estrutura e fortalece, muitas vezes a partir da revolta, outras a partir do desejo, mas em qualquer caso sempre com a promessa de segurança (o comando fortalece, e fortalecer é proteger com as armas), oferece afiliação (o comando possibilita estar “pesadão” com os “irmãos”, oferece densidade), orientação (oferece um caminho certo, o “proceder”), atribuição de sentido (algo por que lutar, com destaque para a guerra contra os vermes – a polícia), uma carreira (nos negócios, entre eles narcotráfico, sequestros, roubos e furtos) e, acima de tudo, um lugar de empoderamento simbólico.

* O aspecto fluido dos “comandos sem comando” é discutido por Biondi (2010) em *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. A autora destaca a construção de uma disposição para fazer existir e reproduzir um comando sem comandos, num processo onde imanência e transcendência possibilitam que o comando esteja em cada um dos que o fazem existir e mesmo onde seus membros não estão presentes.

É interessante notar que o discurso que pede legitimação para o ingresso no crime pela revolta por uma infância sofrida é utilizado na apologia do crime com uma intensidade muito menor do que a desumanização do inimigo ou a exaltação dos comandos e do poder de fogo, ou seja, com intensidade menor do que os conteúdos programáticos. Talvez sua função principal esteja mais orientada à justificativa para a opinião pública de um modo geral do que para seus destinatários específicos, futuros e atuais soldados do crime. De fato, na maioria das vezes não há preocupação em justificar as práticas criminais, e alguns vídeos oferecem grande complexidade cognitiva em torno das forças que operam no engajamento à “vida incerta”.

Uma breve comparação entre os dois mapas apresentados permite observar que há muitos pontos de silêncio no mapa construído unicamente a partir do terreno discursivo da apologia do crime (Figura 2). A apologia permeia o universo do *mundo do crime*, universo de sociabilidades e fronteiras porosas, oferecendo eixos de articulação e simplificando o problema principalmente através da exaltação dos comandos, líderes e feitos, e da desumanização do oponente e instigação à guerra contra os vermes.

O terreno da apologia do crime é um terreno complexo, com fronteiras permeáveis, atravessadas pela realidade material que envolve a vida nas regiões tomadas pelo tráfico de drogas, ausência do poder público, consequências afetivas e cognitivas do isolamento político, constituição das subjetividades possíveis. É também um terreno vetado, construído na clandestinidade e para a construção simbólica em atividades clandestinas, com uma linguagem que circula em comunidades específicas e que não necessariamente busca comunicação

com outras comunidades que lhe são alheias ou das quais consideram que não fazem parte.

A Análise Situacional oferece caminhos para abrir a situação e construir o terreno analítico para problematizações complexas, possibilitando o registro de narrativas e eixos discursivos minoritários, silenciados, vetados. Cabe mencionar que o registro de tais eixos não implica endossar ou legitimar o compromisso firmado com a violência de qualquer natureza. Ao circunscrever a ação situada em uma situação empiricamente construída, a unidade de análise torna-se molar, relacional, viva, permitindo que esses registros gerem um mapa dinâmico no qual os elementos relevantes interagem. Assim, o engajamento na violência programática não está isolado, na análise, das interações entre indivíduo e contexto, em dados momento e lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurei oferecer o registro de uma alternativa metodológica para lidar com um problema complexo e humano, a violência programática na apologia do crime, tendo como eixo um processo comunicacional. Para tanto, situei a escolha da Análise Situacional, refundamentação pós-moderna da Teoria Fundamentada nos Dados (Clarke, 2005), como alternativa metodológica capaz de lidar com complexidades e multiplicidades, com um lugar também para o pesquisador, já que dadas as particularidades do problema, mostrou-se útil explicitar a inclusão de fatores do pesquisador na situação analítica como parte do processo.

O desenho de projeto e os mapas iniciais oferecidos aqui como exemplos de aplicação da Análise Situacio-

nal ao problema da violência programática são ao mesmo tempo resultado e ponto de partida, fruto de dois anos de interações analítico-teóricas com vídeos de apologia do crime selecionados por critérios de amostragem teórica. Neste momento, minha condução da amostragem teórica segue as direções esboçadas aqui, embora haja outras possíveis, como se pode visualizar estabelecendo-se relações entre os elementos situacionais mapeados. O caminho escolhido em torno dos eixos da radicalização respondem ao objeto da pesquisa, que é a dimensão comunicacional do engajamento à violência programática no *mundo do crime*. O terreno analítico delineado a partir dos primeiros mapeamentos situa o foco do problema comunicacional na apologia do crime.

A Análise Situacional mostrou-se uma metodologia útil para abordar o engajamento na violência como modo de vida de uma maneira nova, delineada a partir da própria interação com o problema. O mapa situacional apresentado na Figura 1 possibilitou a inclusão dos sensibilizadores teóricos e crenças como operadores, possibilitando comparações sistemáticas com os dados. A simplificação cognitiva observada no discurso da apologia, quando comparada aos elementos situacionais registrados na Figura 1, permitiu a identificação de um terreno analítico de natureza comunicativa onde se dão processos sugestivos de radicalização, nomeado como “terreno analítico da apologia do crime”. Os recortes adotados são resultados analíticos, de forma que o delineamento do problema permanece em contato com a situação mais ampla na qual está inserido.

O destinatário da apologia do crime é justamente o contingente que no Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014 e anteriores) e nos anuários do Fórum

de Segurança Pública mencionados neste artigo, entre muitos outros documentos e dossiês, aparece como vítimas de morte prematura e violenta, especialmente por homicídio. São os jovens, principalmente do sexo masculino, que por volta dos 14 anos já conquistaram a “moral de cria” para ingressar nos comandos, muitas vezes filhos de segundas e terceiras gerações expostas às sociabilidades do crime, nas quais a violência e o crime estão instalados no bairro, nas famílias, entre os amigos.

O recrudescimento da violência e seu crescimento contínuo nas últimas três décadas não estão isolados das práticas sociais. Ainda que por vias tortuosas, o terreno da apologia do crime oferece um corpus de informações sobre elementos que operam na reprodução da violência, elementos humanos como a raiva e a revolta, o desejo de bens materiais e de reconhecimento social, a necessidade de proteção e afiliação, e acima de tudo um lugar de empoderamento entre os pares, oponentes e a sociedade. Tudo isso, presente em cada um de nós, transmutado, como sugere Souza (2009), para o campo social do crime.

No discurso da apologia, a simplificação do problema complexo da violência se traduz no recrudescimento das ações e na radicalização do ódio contra o inimigo, especialmente os vermes, na exaltação do mundo dos comandos, do crime e seus feitos, e nas promessas de redescção e fortalecimento. Promessas que oferecem acima de tudo um lugar de blindagem e empoderamento simbólico no “braço nervoso”, pois as possibilidades de viver uma vida natural, na qual a morte por causas violentas pode ser evitável, está quase que previamente interrompida para quem ingressa nesses mundos.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S., Salla, F. (2007).** Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Revista de Estudos Avançados*, 21 (61), p. 7-29.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública, (2014).** Recuperado em: 17 nov. 2014 de <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//8anuariobsp.pdf>
- Arendt, H. (2007).** *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Biondi, K. (2010).** *Junto e misturado*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Blumer, H. (1954).** What's Wrong with Social Theory? *Sociological Review*, 19, nº 1.
- Blumer, H. (1969).** *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Charmaz, K. (2000).** Grounded Theory: Methodology and theory construction. In N. J. Smelser and P. B. Baltes (Ed.). *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*. Amsterdam: Pergamon.
- Charmaz, K. (2014).** *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: Sage. (Primeira ed. 2006)
- Clarke, A. (2003).** Situational Analysis: Grounded Theory Mapping After the Postmodern Turn. *Symbolic Interaction*, v. 26, nº 4, p- 553-576.
- Clarke, A. (2005).** *Situational Analysis: Grounded Theory After the Postmodern Turn*. California: Sage.
- Feltrán, G. S. (2011).** *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Fernández, L. M. (2014).** A interação entre pesquisador e dados: implicações para a constituição da sensibilidade teórica na Grounded Theory. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*. v. 2, nº 1. Recuperado em 7 jan. 2015 de <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/8553>.
- Foucault, M. (1991).** Questions of Method. In G. Butchell, C. Gordon, & P. Miller (eds), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago University of Chicago Press.
- Glaser, B. G., Strauss, A. L. (1967).** *The Discovery of Grounded Theory*. New Brunswick: Aldine Transaction. (Reimpresso em 2006).
- Glaser, B. G. (2002).** Constructivist Grounded Theory? *FQS Forum: Qualitative Social Research*. 5(2). Recuperado em 4 ago. 2014 de <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/825>.
- Glaser, B. (2004).** Remodeling Grounded Theory. *FQS Forum: Qualitative Social Research*, 5(2). Recuperado em 13 jun. 2014 de <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/607/1315>.
- Habermas, J. (1992).** Further reflections on the public sphere. In CALHOUN, C. (ed.) *Habermas and the public sphere*. MIT Press, p. 421-161.
- Lei nº 5543, Lei do funk (2009).** Texto completo. Recuperado em 30 dez. 2014 de <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ae3b67ef30f23a8325763a00621702?OpenDocument>.
- Matos, H. (2009).** O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. *LÍBERO*. 12 (23), p. 53-62.
- Matsumoto, D., Hwang, H.C. e Frank, M.G. (2012).** Emotions expressed in speeches by leaders of ideologically motivated groups predict aggression. *Behavioral Sciences of Terrorism and Political Aggression*. DOI:10.1080/19434472.2012.716449.
- Mead, G. H. (1934).** *Mind, Self, and Society*. Chicago: University of Chicago Press.

Mente firme e coração blindado (clipe). Recuperado em 13 jun. 2014 de https://www.youtube.com/watch?v=NIW_92js_wY..

Peirce, C.S. (1878). How to Make Our Ideas Clear. *Popular Science Monthly* 12, p. 286-302. Recuperado em 13 jun. 2014 de www.peirce.org/writings/p119.html.

Rorty, R. (1989). *Contingency, Irony and Solidarity*. New York: Cambridge University Press.

Se brotar no Manguinhos, nós vai matar polícia – clipe (2011). Recuperado em 4 ago. 2014 de <https://www.youtube.com/watch?v=KNqiXiL8fMc>.

Souza, E. (1993). Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, nº 1.

Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: como é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.

Steiner, J. (2012). *The Foundations of Deliberative Democracy*. Empirical

Research and Normative Implications. Cambridge, Cambridge University Press.

Strauss, A. L., Corbin, J. (1998). *The Basics of Qualitative Analysis: Grounded Theory Procedures and Techniques*. 2º ed. Thousand Oak, CA: Sage.

Waiselfisz, J. (2012). Mapa da violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil. Recuperado em 17 nov. 2014 de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf.

Waiselfisz, J. (2014). Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Recuperado em 17 nov. 2014 de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf.

Waiselfisz, J. (2014). Mapa da violência 2014: Homicídios e juventude no Brasil. Recuperado em 17 nov. 2014 de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf.

Análise situacional:
alternativa metodológica
para uma análise das
vozes da integração nos
comandos do crime
Luciana Moretti Fernández

101